

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15286 - Resumo Expandido - Trabalho - 5ª Reunião Científica Regional da ANPEd Norte (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 21/GT 23 - Educação, Gênero, Etnia e Sexualidade

DIFICULDADES NA EFETIVAÇÃO DA LEI Nº 11.645/2008 EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE COARI/AMAZONAS

Flávia Fernanda Santos Silva - UFAM - Universidade Federal do Amazonas

Agência e/ou Instituição Financiadora: Universidade Federal do Amazonas

DIFICULDADES NA EFETIVAÇÃO DA LEI Nº 11.645/2008 EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE COARI/AMAZONAS

Resumo: Não é recente que a Lei nº 11.645/2008 instituiu a obrigatoriedade do ensino de cultura afro-brasileira e indígena para todas as escolas do país. Contudo, pesquisas tem demonstrado que na escola pública, essa temática ainda é um assunto marginalizado e marcado por tensões. Nesse sentido, dentre os conteúdos que as escolas trabalham, é imprescindível considerar uma educação antirracista, uma vez que não problematizar o racismo e xenofobia na escola, é continuar reproduzindo a sociedade discriminatória, sobretudo, quando se privilegia apenas os saberes e elementos culturais eurocêtricos. Diante disso, este trabalho tem por objetivo apresentar uma discussão com base em relatos de experiência de professores/as de uma escola da rede pública municipal de ensino de Coari, resultantes de um projeto de extensão realizado na Universidade Federal do Amazonas. A abordagem é de natureza qualitativa, com uso da técnica de análise de conteúdo dos relatos de professores/as participantes do projeto de extensão. Grande parte dos relatos mostram que ainda há um desconhecimento por parte dos docentes em relação a Lei nº 11.645/2008 e ainda, ausências de formações na rede municipal de Ensino em torno da temática.

Palavras-chave: Lei nº 11.645/2008, Escola Municipal, Relato de Experiência

INTRODUÇÃO

Este trabalho se insere no debate sobre a Lei nº 11.645/2008, atualização da Lei nº 10.639/2003, que instituiu a obrigatoriedade do ensino de Cultura afro-brasileira e indígena para todas as escolas do país. Nessa perspectiva, mesmo após a institucionalização da Lei, o cumprimento dela ainda não é uma realidade, visto que, o Brasil historicamente convive com o preconceito racial e a xenofobia nas suas mais diversas faces (Paixão et al., 2010; Osorio, 2021; Nunes, 2006). Associado a isso, com 4 anos de um governo de extrema direita, viveu-se uma série de retrocessos com a anulação de direitos universais, desumanização e violência que se expressam numa agenda de guerra cultural contra a diversidade (Frigotto, 2021). Tal fato confirma-se pela atual censura e retirada de livros que debatem a temática do racismo e da violência contra pessoas negras em escolas no Brasil. O agravamento destes problemas retrocede o trabalho na escola pública, que já vinha apresentando dificuldades no ensino da história e da Cultura afro-brasileira e indígena, como um assunto pouco explorado e, quando

abordado, caracterizado por estereótipos.

Nessa perspectiva, Silva (2012) comenta que especialmente a respeito da temática indígena, estes vêm conquistando gradativamente o (re)conhecimento sobre seus direitos, mas esse reconhecimento exige também novas posturas e elaboração de políticas públicas, e que no caso da Educação, inclui as histórias e expressões socioculturais no currículo escolar e nas práticas pedagógicas. O mesmo ocorre em relação à cultura afrodescendente, que ainda é marcada pelo racismo e preconceitos, a exemplo dos materiais didático-pedagógicos, que ainda se referem à África de forma discriminatória (Krauss e Rosa, 2010).

Diante das dificuldades do cumprimento da lei, ainda há desafios a serem enfrentados por professores/as e alunos/as no cumprimento dessa determinação, algo que perpassa também a formação inicial e continuada de professores/as para uma educação antirracista. Com base nessa realidade, este trabalho tem por objetivo apresentar uma discussão a partir dos relatos de experiência de professores/as de uma escola da rede pública municipal de ensino de Coari, resultantes de um projeto de extensão realizado na Universidade Federal do Amazonas. O município de Coari fica localizado na mesorregião do centro amazonense, e conforme as informações do Censo Escolar, a rede municipal de ensino contabiliza 106 escolas públicas, entre urbanas e rurais (Ibge, 2022).

METODOLOGIA

O projeto de extensão intitulado: História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena: formação de professores/as para cumprimento da Lei nº 11.645/2008 no currículo de escolas públicas municipais, tornou-se uma realidade a ser executada na Universidade Federal do Amazonas, campus Coari, na medida em que pesquisas no Brasil (Rodrigues; Oliveira; Santos, 2016; Ribeiro, 2021; Araujo, 2021) tem apontado as dificuldades da efetivação da Lei nº 11.645/2008 nas escolas. Além disso, foi motivado sob o entendimento da importância da formação de profissionais qualificados para o enfrentamento do racismo e para a construção de uma escola em que sejam valorizadas todas as manifestações culturais pertencentes à formação histórica/social brasileira.

Assim, a abordagem do trabalho é de natureza qualitativa (Flick, 2004), e fez uso de técnicas de revisão bibliográfica (Gil, 2007) e análise de conteúdo (Bardin, 1977) dos relatos de professores/as participantes do projeto de extensão, pertencentes a uma escola municipal de Coari/AM que ao final das atividades puderam opinar a respeito do projeto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao final do projeto de extensão, obteve-se os relatos de experiência dos professores/as da escola participante. Professores/as das várias áreas do conhecimento puderam manifestar suas impressões acerca da ação de extensão, assim como comentar problemas e ausências referente ao trabalho da temática na rede municipal de educação de Coari.

Reconhecendo ausência de formações sobre a educação étnico racial, o professor de matemática destaca que “seria muito interessante se fosse implantado com frequência nas escolas, tanto municipais quanto estaduais, para que desde pequenos nossas crianças já aprendessem suas origens e sua verdadeira identidade”. Assim, observa-se que a temática continua sendo marginalizada nas escolas quando deveria ser um espaço privilegiado para a execução de projetos, a partir da sistematização do assunto no currículo escolar. Isso porque, entende-se que o sentimento de pertencimento étnico-racial diz respeito a conexão com um grupo étnico ou racial específico, e no geral baseia-se em características compartilhadas a exemplo da cultura, história e experiências comuns. Contudo, conforme aborda Silva (2005), o não trato dessas questões, mantém a invisibilidade dos valores históricos e culturais de um povo, os inferiorizando, por meio de estereótipos, e conduzindo-os a desenvolver comportamentos de auto rejeição, que resultam na negação dos seus valores culturais, preferindo estéticas e valores culturais de grupos socialmente valorizados e privilegiados nas representações sociais.

Sobre a necessidade de formações na escola e em demais espaços na cidade, a professora de geografia comenta: “Tenho certeza que se temas como esse fossem tratados e discutidos(debatidos) com mais frequência em nossas escolas, igrejas, reuniões de bairros etc., questões de preconceitos e racismo ocorreriam com menos frequência em nossa sociedade e o respeito pelo outro (pelo diferente) seria bem maior”.

Entende-se que as escolas em sua maioria, ainda não decidiram lidar de forma objetiva com os preconceitos e processos discriminatórios, quando optam em não discutir ou não se posicionar frente as questões sobre racismo e intolerância religiosa, especialmente quando se trata das religiões de matriz africana. Sant`Ana (2005) quando aborda sobre a discriminação étnico-racial no contexto das escolas, explica a existência de práticas discriminatórias e preconceituosas, que envolvem desde as relações raciais pessoais entre os estudantes, professores e gestão da escola, assim como também o racismo repassado através dos livros didáticos. Nessa perspectiva, uma escola omissa na superação do racismo, compromete uma tomada de consciência frente o preparo de seus profissionais para lidar com as manifestações racistas que incluem também, os estereótipos nos materiais pedagógicos, a exemplo dos livros didáticos, que podem em certa medida reproduzir os papéis estigmatizados pela sociedade (Silva, 2005).

Esse reconhecimento sobre a influência do livro didático, que ainda é um dos materiais pedagógicos mais utilizados pelos professores/as, e de como ele pode ser um reprodutor de estereótipos que reforçam uma representação negativa do negro e uma representação positiva do branco, é comentado por uma das professoras de história participante do projeto:

Ainda é uma temática a qual se fala pouco e os livros didáticos contribuem pouco. Aprendi que posso diferenciar e trabalhar com bons materiais que colaboram para a eficácia do saber dos alunos, usando métodos que representam a importância dessa temática na

escola.

Sob o entendimento de que as escolas e os professores(as) convivem cotidianamente com ausência de trato pedagógico em relação a diversidade étnico racial, e que os cursos de formação de professores(as) em nível superior possuem pouco ou nenhuma abordagem sobre a temática racial. Ao longo do evento foram distribuídas cópias de livro e materiais diversos para que os professores/as ampliassem seus conhecimentos sobre o assunto, inclusive, para que seu trabalho docente possa ser orientado partir da cultura negra e indígena, em relação a aspectos do corpo e estética, visando a reconstrução da autoestima, da memória, da história e dos saberes desses grupos.

Sobre esse momento, a professora de geografia agradece o material didático fornecido como suporte para elaborar possibilidades de trabalho que permitam reconhecer e valorizar as contribuições do povo negro, abordar situações de diversidade étnico-racial na sala de aula, desconstruir estereótipos e preconceitos, assim como analisar criticamente materiais pedagógicos contendo imagens e referências estereotipadas. “O material fornecido juntamente com sua fala será de grande relevância para minha prática em sala de aula sobre essas temáticas. Obrigada”.

Portanto, a realização do projeto de extensão e as atividades executadas promoveu variadas reflexões para todos os sujeitos participantes. As discussões que envolveram, sobretudo, a ausência da temática nas escolas, reafirmou a necessidade do planejamento e formações continuadas sobre o racismo e seus derivados e a diversidade Étnico-Cultural na Escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho abordou o debate sobre a Lei nº 11.645/2008, a partir de um Projeto de Extensão sobre a História e Cultura afro-brasileira e indígena para a formação de professores/as, visando o cumprimento da Lei no currículo de escolas públicas municipais do município de Coari/Amazonas. Ao final do projeto houve relatos dos/as participantes, momento em que se constatou que as dificuldades da efetivação da Lei nº 11.645/2008 em escolas do interior do Amazonas, ainda é uma realidade, e que existe ausências de uma orientação multicultural e interdisciplinar nas escolas. Ademais, embora tenha se constatado o desconhecimento da lei pela maioria dos professores/as e a não realização de propostas pedagógicas acerca da temática, a formação promoveu o reconhecimento da importância de uma educação antirracista na escola participante, e em demais escolas do município, assim como a necessidade de formações continuadas para o planejamento de atividades e projetos, visando a combater os preconceitos que ainda se perpetuam na sociedade coariense e amazonense em torno da cultura afro-brasileira e indígena.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, L. F. A lei 10.639/2003 e sua maior idade. Há o que se comemorar? Revista

Docência e Cibercultura, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, maio/ago. 2021. p. 279-294.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa. Portugal: Edições, v. 70. 1977.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF, 2008.

FLICK, U. Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa. Porto Alegre, RS: Bookman, 2004.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Sociedade e educação no governo Bolsonaro: anulação de direitos universais, desumanização e violência. Revista desenvolvimento e civilização. v.2. n. 2, julho. 2021. p.118-138.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

NUNES, Sylvia da Silveira. Racismo no Brasil: tentativas de disfarce de uma violência explícita. Psicologia USP, São Paulo, v. 17, n. 1, abr. 2006. p. 89-98.

OSORIO, R. G. A desigualdade racial no Brasil nas três últimas décadas. Texto para discussão/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília; Rio de Janeiro: Ipea, 2021.

PAIXÃO, Marcelo; ROSSETTO, Irene; MONTOVANELE, Fabiana; CARVANO, Luiz M. (org.). Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil 2009-2010: constituição cidadã, seguridade social e seus efeitos sobre as assimetrias de cor ou raça. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda, 2010.

RIBEIRO, A. M. Análise das dificuldades de implementação da lei 10.639/2003 na educação baiana: uma revisão sistemática. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, São Paulo, v. 7, n. 1, jan. 2021. p. 201-216.

RODRIGUES, Tatiane Cosentino; OLIVEIRA, Fabiana Luci de; SANTOS, Fernanda Vieira da Silva. Desafios da implementação da lei nº 10.639/03: um estudo de caso de municípios do estado de São Paulo. Revista de Educação PUC-Campinas, Campinas, v. 21, n. 3, set/dez. 2016. p. 281-294.

SILVA, Edson. O ensino de História Indígena: possibilidades, exigências e desafios com base

na Lei 11.645/2008. Revista História Hoje, v. 1, n. 2, set. 2012. p. 213-223.

SANT'ANA, Antônio Olímpio de. História e Conceitos Básicos sobre o Racismo e seus Derivados. In: MUNANGA, K. (org.). Superando o racismo na escola. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Fundamental, 2005. p.7-185.